

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Chico Alencar)

Solicita ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, informações acerca da reunião ocorrida entre ele, Michel Temer, o Ministro Moreira Franco e o Ministro Gilmar Mendes.

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 50, § 2º da Constituição Federal e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno, que, após consulta à Mesa, sejam solicitadas ao Ministro-Chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, as seguintes informações:

Considerando a importância de seguirmos os preceitos elencados pela Constituição Federal, em seu artigo 37, no que tange à principiologia da Administração Pública, em especial a moralidade e a publicidade, indagamos:

- 1) Reportagem veiculada na TV pela Globonews (<http://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/temer-teve-encontro-fora-da-agenda-noite-na-casa-de-gilmar.html>), posteriormente detalhada em matéria do jornal “O Globo”, do dia 29 de julho de 2017, noticiou que Vossa Excelência teria se reunido com o Presidente Michel Temer, o ministro Moreira Franco e o Ministro

Gilmar Mendes na noite do dia 27 de julho. Ainda segundo a notícia, a sucessão do Procurador-Geral da República foi discutida. Tendo em vista a recente escolha da Dra. Raquel Dodge para ocupar o cargo de Chefe máxima do *parquet* questiono:

- a) Qual foi a razão desse encontro não constar da agenda oficial do Sr. Presidente ou de seus ministros?
- b) Vossa Excelência pode nos informar quem marcou a reunião e onde ela aconteceu?
- c) O que foi discutido nesta reunião quanto à Reforma Política, como informado pelo Palácio do Planalto?
- d) Houve discussão sobre a sucessão do atual Procurador-Geral da República?
- e) Houve alguma sugestão do Ministro Gilmar Mendes no que diz respeito à sucessão supracitada?
- f) Vossa Excelência confirma que o presidente foi orientado a indicar para a PGR alguém da lista tríplice, e de forma célere?
- g) Diante do fato que o atual Presidente se encontra denunciado para ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal, e os ministros participantes são investigados, todos com prerrogativa de foro, não entende que há embaraços éticos para encontros fora da agenda com um dos eventuais julgadores? Se não, por que não?

JUSTIFICAÇÃO

O presente Requerimento vem se somar aos esforços da sociedade para que o poder instituído preste informações e seja transparente em suas escolhas. Os processos traumáticos pelos quais passamos exigem mudança drástica de conduta. É necessário à legitimidade de qualquer governo numa democracia a exposição de seus valores e suas reais preocupações ao tomar decisões. Com o fito de expandir essas oportunidades e fortalecer o papel da Casa Legislativa na fiscalização democrática, pedimos tais esclarecimentos.

Nestes termos, requer o encaminhamento.

Brasília, 29 de junho de 2017.

Deputado **CHICO ALENCAR**
PSOL/RJ